

RACIONALIDADE MODERNA E AS APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COM A TEORIA SOCIAL CRÍTICA

Eixo 1: Serviço social: Fundamentos, questão social e prática profissional

HERMANO GOMES DE FARIAS JUNIOR¹

ELISANGELA DE OLIVEIRA INÁCIO²

DANIELLE VIANA LUGO PEREIRA³

RESUMO: O trabalho em tela tem por objetivo apresentar um resgate histórico e conjuntural acerca das aproximações do Serviço Social com a tradição marxista. Metodologicamente realizado por meio de revisão da literatura, na qual privilegia os clássicos do Serviço Social que discutem a temática, a saber: Batistoni (2017); Netto (2015); Iamamoto (2015) e Yazbek (2009). Após a sua elaboração, tem-se a reflexão de que o legado deixado pela perspectiva de intenção de ruptura foi a direção social que a profissão assume coletivamente alinhada aos interesses da classe trabalhadora, culminando na elaboração de seu Projeto Ético-político Profissional diante das provocações e reflexões críticas construídas no interior da categoria à luz da teoria social crítica de Marx.

Palavras-chave: Serviço social, reconceitualização, marxismo.

ABSTRACT: The objective of this work is to present a historical and conjunctural review of the approaches of Social Work to the Marxist tradition. Methodologically, it was carried out through a literature review, which prioritizes the classics of Social Work that discuss the theme, namely: Batistoni (2017); Netto (2015); Iamamoto (2015) and Yazbek (2009). After its elaboration, it is reflected that the legacy left by the perspective of intention of rupture was the social direction that the profession collectively assumes aligned with the interests of the working class, culminating in the elaboration of its Professional Ethical-Political Project in the face of the provocations and critical reflections constructed within the category in the light of Marx's critical social theory.

¹ Assistente Social Especialista em Instrumentalidade do Serviço Social. Mestrando pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (/PPGSS/UFPB). Bolsista CAPES. Membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). E-mail: hermano.jr1@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-7820-6293>.

² Professora Associada do Departamento de Serviço Social (DSS/UFPB). Membro da Coordenação Pedagógica da RESMEN - Residência em Saúde Mental (NESC/ CCS/ UFPB). Tutora de Serviço Social junto a RIMUSH - Residência Integrada Multiprofissional em Saúde Hospitalar (HULW/ CCS/ UFPB). Coordenadora do Grupo de Trabalho Raça e Etnia junto ao programa PET Saúde Equidade/ UFPB/ DSEI-PB (2024-2026). Vice-líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). Doutora em Serviço Social pelo Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (PPGSS/UFPE), E-mail: ellysinacio@gmail.com. Orcid: <https://orcid.org/0009-0003-7205-1210>.

³ Professora Associada do Departamento de Serviço Social e do Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal da Paraíba (DSS/PPGSS/UFPB). Líder do Grupo de Estudos e Pesquisas em Análises de Conjuntura, Políticas Sociais e Serviço Social (GEPACOPS/UFPB). Doutora em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Assistente Social. E-mail: danielle.lugo@academico.ufpb.br. Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-5329-0791>.



Keywords: Social service, reconceptualization, marxism.

INTRODUÇÃO

A teoria elaborada por Marx se faz atual para o Serviço Social tanto na produção do conhecimento científico quanto no campo de atuação profissional, pois incorpora elementos, conceitos e categorias que alcançam a historicidade e a totalidade no movimento de apreensão do real e a da formação das relações capitalistas da sociabilidade e que se fazem indispensáveis para analisar o tempo presente.

Indica caminhos para a análise das expressões da “questão social”, a exemplo dos estudos sobre a pobreza, a fome, a exploração, a violência e as diversas formas de desigualdades e de violações dos direitos humanos que possuem como raiz determinante as formas de reprodução social e a apropriação desigual da riqueza face ao desenvolvimento do Capital.

O Serviço Social é uma profissão que adquire sentido e inteligibilidade nos marcos da sociedade moderna e passa a assumir uma perspectiva crítica ao renovar seus referenciais teórico-metodológicos durante o processo de renovação da profissão, em especial na sua vertente de intenção de ruptura, momento no qual assume a teoria social de Marx e o método que a sustenta, tomada pelas fontes originais.

O legado da intenção de ruptura nos marcos da razão dialética, possibilitaram a profissão uma forma de entendimento do real, sob a qual é possível captar as contradições e mediações, dessa maneira, contribuindo para o entendimento dos fenômenos societários em uma perspectiva de totalidade. O que impacta no âmbito da intervenção profissional, na apreensão das demandas postas pelos/as usuários/as e as requisições institucionais.

Diante do exposto, este trabalho tem por objetivo apresentar um resgate histórico e conjuntural acerca das aproximações do Serviço Social com a tradição marxista⁴. Para tanto,

⁴ Este trabalho é um recorte extraído do Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) defendido e aprovado em 2023 no curso de Serviço Social da UFPB, tendo por título o “A Produção do Conhecimento em Serviço Social e o Rigor Teórico-Metodológico: análises de teses defendidas nos Programas de Pós-graduação em Serviço Social no Brasil dos anos 2006 a 2019”.



foi realizada revisão da literatura clássica elaborada pela profissão, dentre as principais referências, damos destaque a Batistoni (2017); Netto (2015); Iamamoto (2015) e Yazbek (2009).

Em seu desenvolvimento discute sobre a racionalidade moderna e as aproximações do Serviço Social com a teoria social crítica e o legado da intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional que permite o Serviço Social dar saltos qualitativos nos campos político, prático e teórico. Bem como assume uma direção social crítica e alinhada aos interesses da classe trabalhadora, contribuindo também para a construção do Projeto Ético-político Profissional (PEP).

APROXIMAÇÕES TEÓRICO-CONCEITUAIS SOBRE RAZÃO MODERNA E RAZÃO DIALÉTICA

Pensar sobre a racionalidade moderna requer abordar, mesmo de uma forma sucinta, o conceito sobre modernidade. *A priori*, a perspectiva de modernidade desponta a partir dos principais fenômenos do século XVI – XVII perante o Humanismo que concebe o homem como prioridade no cerne da compreensão sobre o mundo e o Iluminismo que incide sobre a crítica à autoridade política e religiosa rompendo com teocentrismo e inaugurando a defesa pela igualdade e da liberdade e pela valorização da razão e o progresso da ciência.

De acordo com Simionatto (2009) nesse período houve uma revolução científica na forma de observar e explicar o mundo, sob qual as formas explicativas da realidade sustentadas na fé e na religião são refutadas pelas observações e experimentações científicas. Esse abandono de concepções dogmáticas e restritas repercutiu não apenas no campo da epistemologia, mas também na economia, na política, na ética e na estética.

A modernidade, então, firma a racionalidade como um novo modelo norteador para explicar o real, ou em outros termos, na capacidade de formular teorias científicas a partir de leis objetivas, concretas. Iniciado a partir do projeto epistemológico da tradição racionalista apresentada por René Descartes e da perspectiva empirista inaugurada por Francis Bacon (Simionatto, 2009).



O movimento da racionalidade moderna se espalha no mundo na passagem do século XVIII ao XIX, quando a história da humanidade assistiu dois marcos revolucionários importantes para o desenvolvimento da racionalidade moderna: a Revolução Industrial e a Revolução Francesa.

A Revolução Industrial consistiu na substituição do esforço humano pela força da máquina a vapor na produção. Esse processo passou a aumentar a produtividade do trabalho humano, produzir lucros e contribuir para o desenvolvimento da acumulação.

Tanto a Revolução Francesa quanto a Revolução Industrial possuem caráter societário, pois consolidam um novo modo de ser, pensar e agir para a humanidade: a sociedade capitalista (Galdino, 2016). A política da Revolução Francesa se concentrou no embate da população contra a monarquia aristocrática e o alto clero (Therborn, 2013 *apud* Galdino, 2016).

De acordo com Netto e Braz (2013) a burguesia da época em sua fase revolucionária se alinhava a cultura ilustrada, cultura essa que no plano das ideias se apresentava como Programa da Modernidade, condensando um projeto de emancipação humana presente no *slogan* “liberdade, igualdade, fraternidade”.

Para Simionatto (2009) a emergência da sociedade burguesa deu origem a um fervoroso processo de modernização por meio de uma série de transformações em diversas áreas como: ciência, tecnologia, organização política, trabalho, propriedade da terra, distribuição do poder e riqueza entre as classes sociais. Tais mudanças estão na base de duas grandes matrizes teóricas da razão moderna: o Positivismo de Auguste Comte e a Teoria Social de Karl Marx.

A razão moderna é objetiva ao considerar a racionalidade como,

Um princípio inerente à realidade [...] não apenas na consciência individual, mas também no mundo objetivo: nas relações entre os homens e entre classes sociais, nas instituições sociais, na natureza e suas manifestações (Horkheimer, 1973 *apud* Netto, 1994, p. 28).

Para Netto (1994) a reconstrução da ideação racional a partir da objetividade do real apreendida pela consciência é um processo árduo e complexo, por meio do qual é possível conhecer a materialidade e se reconhecer como parte constitutiva, sem que haja uma fratura ontológica entre consciência e o mundo objetivo.



A racionalidade objetiva entendida como um princípio inerente ao real se relaciona com a racionalidade subjetiva pautada na reconstrução da consciência da racionalidade objetiva (Netto, 1994).

Contudo, para o mesmo autor, esta unidade se dá de maneira processual e em dois sentidos, a saber: o mundo é apreendido enquanto movimento dinamizado contraditoriamente, o ser social possui efetividade nos processos de colisão, este sendo o modo específico de sua existência; e a consciência, responsável pela reconstrução desse movimento, como um auto movimento, sendo ela mesma aproximativa.

“O intelecto determina e mantém firmes as determinações. A razão é negativa e dialética porque resolve no nada as determinações do intelecto; é positiva, porque cria o universal e nele compreende o particular” (Hegel, 1968 *apud* Netto, 1994, p30).

Portanto, Netto (1994) assinala que Hegel ao mesmo tempo em que ressalta a razão dialética supera intelecção, indicando a validade e a limitação do entendimento, substância do que é a razão analítica, cujos procedimentos conaturais consistem na distinção, na classificação, no processo de decomposição de conjuntos em suas partes, e enfatiza as inferências pela via dedutiva e por meio dos modelos de caráter lógico e matemático.

Ao recorrer ao pensamento de Kosik (1969), podemos apreender a razão dialética como um processo universal e necessário para conhecer o real, sem deixar de fora nada de si. Desse modo, a razão decorre da ciência e do pensamento, como também da liberdade e da realidade humana.

De acordo com Guerra (1999) pela via da razão dialética é possível se libertar das concepções religiosas fundamentadas nos preceitos conservadores centrados no divino, concebendo-se assim uma nova forma de se entender o mundo. Para a autora, o ser social e o seu horizonte portam a capacidade de explicar os processos históricos que constituem e são constituintes da estrutura social, apresentando seus limites e possibilidades de autonomia. Esta razão se funda em um novo período da história da humanidade que ficou conhecida como a era moderna.

Guerra (2007, p. 14) complementa que a razão dialética é identificada como sendo o maior nível de razão, crítica e emancipatória. A razão humana é dialética, “incorpora a



contradição, o movimento, a negatividade, a totalidade, as mediações, buscando a lógica de constituição dos fenômenos, sua essência ou substância”. Portanto, a razão dialética diz respeito à lógica objetiva dos processos sociais e às condições que possibilitam a reconstrução desta lógica, por meio do pensamento.

Assim, a razão dialética se refere a uma lógica objetiva na qual os processos sociais propiciam a reconstrução desta lógica, por meio do pensamento. Contudo, no modelo de sociabilidade capitalista, esta razão está limitada a uma de suas dimensões: à instrumental, que se reduz “a operações formal-abstratas e às práticas manipuladoras e instrumentais, fragmentadas, descontextualizadas e segmentadas” (Guerra, 2007, p. 14).

Tais características fazem com que ela seja funcional e indispensável para a reprodução social da ordem burguesa e do sistema capitalista, visto que dificulta o processo reflexivo, crítico e autocrítico, reforçando a tendência de naturalização dos processos sociais, tais como a exploração do trabalho e a apropriação privada dos meios de produção e da riqueza socialmente produzida e a reificação das relações sociais.

O conhecimento proveniente da razão dialética permite captar o movimento do objeto e sua lógica de constituição, apreendendo-o como tal e como chegou a se tornar o que é. Em outros termos, o seu processo de constituição, bem como os seus fundamentos e a sua capacidade de transformar-se em concreto pensado ultrapassa a imediatez da vida cotidiana e capta a processualidade contraditória do real, elevando-o à sua compreensão em nível da razão (Guerra, 2009).

Nesta direção, a autora supramencionada reafirma que o conhecimento se organiza através de categorias analíticas entendidas como sínteses mentais oriundas dos esforços em apreender o movimento do real, sua lógica constitutiva e o nosso comportamento frente a ele.

Desse modo, o conhecimento se torna cada vez mais próximo da verdade ao passo que consegue captar por meio dessas categorias, o movimento, as determinações, os modos de ser dos processos analisados entre o abstrato ao concreto.

BREVE RESGATE HISTÓRICO E CONJUNTURAL DOS MOVIMENTOS DE RECONCEITUAÇÃO E DE RENOVAÇÃO DO SERVIÇO SOCIAL



Para apreender o processo de intenção de ruptura com o conservadorismo pelo Serviço Social, deve-se inicialmente problematizar o movimento de reconceitualização latino-americano ocorrido a partir de meados da década de 1960, período em que países do continente, como Chile, Peru, Argentina, Bolívia, Uruguai e Brasil sofreram fortes golpes ditatoriais.

Zacarias (2017) assinala que no início dos anos 1960, a América Latina vivenciava uma crise de instabilidade do capitalismo em nível internacional, marcada pelo afloramento da insatisfação popular frente aos sinais de exaurimento do modelo econômico constituído no pós-guerra. Inclusive, os chamados “anos dourados” de crescimento econômico e ampliação dos sistemas de proteção social mantidas pelos Estados, norteados principalmente pelas teorias econômicas de John Maynard Keynes, demonstravam fortes sinais de esgotamento desde o final dos anos 1950.

Segundo Batistoni (2017) nesta conjuntura de efervescência social inscrita em um momento histórico de grande expressão mundial se delineava uma expansão da crise estrutural do capital que resultou em medidas de ajustes econômicos e sociais em todo o território latino-americano.

Entre as medidas radicais adotadas, destaca-se a instauração de regimes autocráticos, como sendo uma estratégia de controle dos países de capitalismo periférico refreando qualquer possível inclinação ao socialismo. Além disso, os golpes ditatoriais buscavam restaurar a ordem e o crescimento dos padrões de produção desenvolvimentista como tentativa de saída para a crise.

Ao passo que esse contexto se firmava, era deflagrada a insatisfação popular no interior da classe trabalhadora, lutava pela defesa da democracia uma vez que o cerceamento da liberdade e o autoritarismo impediam quaisquer chances de diálogo e o suposto desenvolvimento econômico promovido pela autocracia não beneficiava a população, mas apenas frações do capital internacional.

Cantalice (2013) sinaliza que nesta atmosfera se ascenderam lutas sociais na América Latina, movidas pela insatisfação trabalhista e popular diante do avanço das novas



configurações mundiais do capital, que elevavam cada vez mais a condição de subordinação ao capitalismo central.

De acordo com Netto (2015) tais fatores corroboraram para que o Serviço Social passasse a refletir sobre o seu papel enquanto profissão frente aos novos desafios sócio-históricos postos a partir dessa conjuntura.

Foram esses processos societários, suas mediações históricas e geopolíticas que favoreceram “a erosão do Serviço Social tradicional” na América Latina e demarcaram as bases condensadas pelo Movimento de Reconceituação em amplo processo de autorreflexão profissional em seus diversos aspectos, a saber: finalidades; fundamentação; formação; compromisso ético-político, metodológico e operativo (Netto, 2015).

Segundo Iamamoto, o Movimento de Reconceituação,

[...] perfilou-se, desde o seu nascedouro, como um *movimento de denúncia – de autocritica e de questionamentos societários* – que tinha como contraface um processo seletivo de *busca da construção de um novo Serviço Social latino-americano, saturado de historicidade, que apostasse na criação de novas formas de sociabilidade a partir do próprio protagonismo dos sujeitos coletivos* (Iamamoto, 2015, p. 207, grifo nosso).

E dessa forma assumiu um caráter revolucionário e autorreflexivo, passando a analisar criticamente a profissão, o seu significado socioinstitucional e a sua forma de inserção na divisão social e técnica do trabalho, assim como a utilidade social da profissão a partir da reprodução da prática profissional no sentido de entender a quem essa prática se destina e quais os interesses que ela reforça.

Muito embora não se restrinja endogenamente a profissão, mas a sociedade em sua totalidade e para apreender a construção de uma sociabilidade em que os sujeitos sociais assumam autonomia e protagonismo, além de questionar o arbítrio, o autoritarismo e o modelo de acumulação exploratório vigente.

Por se tratar de um movimento heterogêneo, entende-se que para apreendê-lo na particularidade da realidade brasileira, requer que o mesmo seja historicizado face ao significado econômico e social no período da ditadura civil militar (1964-1985), apreendendo sua constituição, crise e desdobramentos no decurso da transição democrática, além da natureza do Estado autocrático burguês e o novo padrão de acumulação, exploração e dominação da classe trabalhadora (Batistoni, 2017).

No caso do Brasil, diferentemente de outros países da América Latina, a interlocução com o legado do movimento de reconceituação e, conseqüentemente, o embate com o



tradicionalismo da profissão se dará tardiamente e com uma direção distinta dos demais países. Pois, enquanto em países como o Chile, Argentina, Venezuela e Colômbia esse movimento apontou para alternativas de ruptura com o Serviço Social tradicional, no caso brasileiro [...] o processo se expressou nos termos da tecnificação pragmatista do Serviço Social, haja vista que sua revisão se restringia a uma discussão interna da profissão, cujas preocupações se voltavam para o aperfeiçoamento de seus instrumentos técnico-operativos (Cantalice, 2013, pp. 99-100, grifo nosso).

Os fatores que incidiram diretamente nas nuances do movimento reconceituador nos países latino-americanos dizem respeito à efervescência política e aos momentos de acirramento da autocracia em cada um deles, visto que os modelos ditatoriais incorporados pelos seus países seguiram momentos distintos.

Dessa forma, os países com maior abertura para o debate político crítico possibilitavam ao Serviço Social avançar na crítica ao tradicionalismo profissional. Por outro lado, àqueles em que a conjuntura ditatorial apresentava maior opressão, enveredaram por outros caminhos, até que se tornasse possível a abertura à reflexão na profissão com maior tom de criticidade.

Cantalice (2013) ressalta que o Serviço Social brasileiro se aproxima das elaborações do Movimento de Reconceituação nos termos dos demais países da América Latina, alinhado a crítica radical ao tradicionalismo da atuação profissional durante a segunda metade dos anos 1970, mediante a conjuntura de crise econômica e política da Ditadura Militar e a abertura democrática que se iniciava.

Foi nessa conjuntura adversa que a profissão influenciada pelo Movimento de Reconceituação passou a expandir o seu debate teórico-metodológico e ético-político para um momento que ficou conhecido segundo Netto (2015) como Movimento de Renovação do Serviço Social brasileiro.

Entendemos por renovação o conjunto de características novas que, no marco das constrições da autocracia burguesa, o Serviço Social articulou, à base do rearranjo de suas tradições e da assunção do contributo de tendência do pensamento social contemporâneo, procurando investir-se como instituição de natureza profissional dotada de legitimação prática, através de respostas a demandas sociais e da sua sistematização, e de validação teórica, mediante a remissão às teorias e disciplinas sociais (Netto, 2015, p. 131).

Muito mais do que buscar uma nova roupagem, nesta fase, o Serviço Social brasileiro se propunha a alinhar os interesses da profissão mais diretamente às demandas dos trabalhadores e trabalhadoras, bem como incorporar pautas sociais reivindicadas por outros movimentos sociais e de base.



Cabe ressaltar que esse movimento é genuinamente brasileiro e segundo Netto (2015) possui três vertentes estudadas ao longo da formação profissional, denominadas, respectivamente, **Modernização Conservadora; Reatualização do Conservadorismo e Intenção de Ruptura.**

A perspectiva adotada pela **Modernização Conservadora** buscava adequar a profissão às exigências impostas pelos processos sócio-políticos inerentes ao período ditatorial, apropriando-se dos valores e concepções tradicionais, introduzindo-os por meio de uma nova roupagem de base teórica, metodológica e técnica. Valia-se de aportes teóricos do funcionalismo, do estruturalismo e posteriormente do positivismo. Suas elaborações foram afirmadas nos Seminários de Teorização do Serviço Social, realizados em Araxá/MG no ano de 1967 e Teresópolis/RJ em 1970 (Netto, 2015).

Por sua vez, a **Reatualização do Conservadorismo**, sustentou-se no referencial teórico-metodológico da fenomenologia e orientava a profissão para a ajuda psicossocial, consequentemente reiterando a psicologização da “questão social”. Tal perspectiva é cristalizada nos Seminários de Sumaré (1978) e Alto da Boa Vista (1984). Tinha por objetivo interromper a erosão do Serviço Social tradicional e neutralizar as influências de referências marxistas. Seu aporte teórico não apresentava o aprofundamento de seus pressupostos e a ausência da interlocução com autores e fontes originais da fenomenologia. Suas formulações nortearam a reafirmação da direção social da profissão sustentada em valores conservadores, moralistas, centralizada na responsabilização individual e manutenção da ordem (Netto, 2015).

Em se tratando da **Intenção de Ruptura**, Cantalice assinala que

O processo de contestação e de intenção de ruptura com o Serviço Social tradicional não é fruto da evolução natural e sistêmica de tendências endógenas da profissão. Firma-se como resultado de um processo que combina alterações na realidade social, que alteram as condições de formação e intervenção profissional e, notadamente, de uma busca intermitente por legitimação social e validação teórico-prática da profissão. Perseguindo essa ideia, a profissão vai estabelecer um novo patamar no processo de interlocução entre os problemas da cena contemporânea e as matizes das ciências sociais, pois não tomarão estas matizes apenas como insumos para sistematização de sua prática, mas, inaugurarão um novo debate com estas disciplinas, uma problematização, cujos frutos serão o desenvolvimento da produção do conhecimento em Serviço Social, através da crítica de seus fundamentos (Cantalice, 2013, p. 103).

Contudo, não se deve apreender as vertentes do movimento de renovação do Serviço Social como uma processualidade historicamente datada, mas influenciada pelos processos societários de cada época e como o Serviço Social se colocava frente a eles na busca por legitimidade social e validação teórico-prática e ético-política.



AS APROXIMAÇÕES DO SERVIÇO SOCIAL COM O MARXISMO

A primeira aproximação do Serviço Social com a tradição marxista aconteceu de maneira precária do ponto de vista das condições políticas da época ditatorial, desse modo, deu-se por intermédio de manuscritos produzidos por sujeitos e profissionais vinculados à militância político-partidária e de pouca densidade teórico-metodológica. Havia ainda um restrito acesso às produções marxistas com maior consistência traduzidas para a língua portuguesa limitando as aproximações com maior nível de aprofundamento (Netto, 2015; Zacarias, 2017).

Evidentemente que isso ocorreu em decorrência do período ditatorial não ser o mais favorável para a circulação das obras de Marx e elaborações marxistas, o que indiscutivelmente comprometeu o acesso a produção com maior rigor teórico-metodológico, posteriormente com a derrocada da autocracia burguesa e a reabertura democrática no país tornaria mais viável o acesso a esses referenciais.

Conforme assinala Yazbek (2009), a apropriação com a vertente marxista no Serviço Social brasileiro e latino-americano passa por incontáveis problemas, caracterizando-se por abordagens reducionistas dos marxismos de manual sob influência do cientificismo e do formalismo metodológico presente no "marxismo" de Louis Althusser, cuja leitura e interpretação da obra de marxiana influenciou na proposta do Método de Belo Horizonte (Método BH).

O “Método BH”, como é conhecido na história da profissão foi formulado e desenvolvido de 1972 a 1975 na Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (ESS/UCMG). Valia-se do aporte da teoria social de Marx e do materialismo histórico dialético para a compreensão do significado social do Serviço Social, contradições e antagonismos da sociedade capitalista, exploração da força de trabalho e no direcionamento a uma nova sociabilidade humana (Batistoni, 2017; Abramides, 2016).

Contudo, Batistoni (2019) ressalta que tal aproximação com o marxismo encontrada na proposta da ESS possuía lastro eclético, que percorria suas formulações, expressando-se em empirismo constituinte da estruturação do método, orientando-se por reflexões sustentadas no epistemologismo, sinalizando a introjeção positivista no marxismo. Tal fragilidade faz com que



não seja possível a iluminação teórica que se pretendia, pelo fato de que apenas “[...] chancelaram os equívocos próprios da instrumentalização eivada da via política da militância” (Batistoni, 2019, p. 554).

Mas a partir da inserção no espaço universitário proporcionou a interação intelectual entre profissionais que conseguiam se dedicar a pesquisa sem se preocupar exclusivamente com as demandas imediatas do campo da prática, dialogando com estudiosos de outras áreas, dessa maneira, “[...] vê-se, quebrar o *isolamento intelectual* do assistente social e viabilizar experiências de práticas *autogeridas*” (Netto, 2015, p. 320, grifos do autor).

À medida que a ditadura ia perdendo forças na transição para a década de 1980, o Serviço Social passava a galgar espaço para além dos muros da universidade, ressoando nos foros e organizações da categoria profissional e ganhando forças junto ao processo de luta pela reabertura democrática, fortalecendo a perspectiva de ruptura e colidindo com “a ordem autocrática no plano teórico-cultural [...] no plano profissional [...] e no plano político”⁵ (Netto, 2015, p. 316).

Pois, segundo Netto (2015) com a derrocada da ditadura, a classe trabalhadora voltava a se inserir no cenário político da sociedade, adotando uma dinâmica de resistência democrática. Nesta direção, a perspectiva de intenção de ruptura demonstrava transcender as fronteiras dos pequenos círculos acadêmicos de discussão e alcançar segmentos profissionais.

Todavia, Cantalice (2013) assevera que foi justamente por meio da perspectiva de ruptura com o Serviço Social tradicional, que a categoria passou a questionar as bases tradicionais de orientação e de intervenção profissional. Portanto, essa perspectiva passou a ser concebida

[...] como lastro um movimento, um processo de revisão da profissão em seu âmbito teórico, metodológico, político e operativo, que incidirá sobre o ensino, a pesquisa, a organização política da categoria e o próprio mercado de trabalho (Cantalice, 2013, p.101).

⁵ As divergências quanto ao primeiro plano citado, dá-se pelo fato de que os referenciais nos quais a perspectiva se ancorava negavam as legitimações da autocracia; no que concerne ao segundo, diz respeito à divergência entre os objetivos que se propunham que eram nitidamente contrários ao perfil profissional dos/das Assistentes Sociais requisitados pela modernização conservadora; por fim, o terceiro ponto de discordância, as concepções de participação social, cidadania e projeções societárias, totalmente opostas ao autoritarismo ditatorial (Netto, 2015).



Se antes essas elaborações se apresentavam como equívocos teórico-metodológicos e refletiam a ausência das fontes originais, como aludido anteriormente, a partir dos anos 1980 mediante a contribuição significativa que Iamamoto (1982) trouxe para o debate ao publicar o primeiro estudo ancorado na tradição marxiana e marxista. Demonstrando a maioridade intelectual da perspectiva de intenção de ruptura, cristalizada na clássica obra *“Relações Sociais e Serviço Social no Brasil – esboço de uma interpretação histórico-metodológica”* escrita em coautoria com Raul de Carvalho e publicada em 1982.

De acordo com Netto (2015) a elaboração de Marilda Iamamoto é a primeira incorporação exitosa da obra marxiana no Brasil para a compreensão profissional do Serviço Social, uma vez que nela a instituição profissional é apreendida sob uma perspectiva teórico-metodológica e crítico-dialética por meio de um trabalho sistemático, ancorado na fonte marxiana, sendo capaz de dar novos rumos ao debate profissional, qualificando-o teórica e politicamente.

Assim o Serviço Social se reveste de uma perspectiva autocrítica no processo de revisão de seu arcabouço teórico-metodológico, político e técnico-operativo, reverberando na formação, na pesquisa, no trabalho profissional e na organização política de Assistentes Sociais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo do desenvolvimento da racionalidade moderna no Brasil foram impostas barreiras mediante as influências herdadas pela autocracia burguesa e do autoritarismo vigente no período ditatorial. A predominância do conservadorismo contribuiu para o sufocamento do debate crítico nos espaços societários, dessa forma, estrategicamente, o âmbito acadêmico se tornou a principal porta de entrada do acolhimento para os debates referentes a Teoria Social e as discussões alinhadas ao pensamento científico pautado na razão dialética.

No âmbito do Serviço Social, a razão dialética pode ser responsável pela reflexão crítica e propositiva da profissão e na apreensão da realidade social, refletindo sobre ela e dessa



forma romper com posturas e práticas acríticas, conservadoras, imediatas, manipulatórias e fragmentárias.

Dessa maneira, o movimento de renovação do Serviço Social é considerado um marco emblemático para a profissão que incide na aproximação com a teoria social crítica ancorada na razão dialética, especialmente em sua última vertente: a intenção de ruptura com o conservadorismo, na qual a categoria profissional passou a aproximar-se do pensamento marxiano e marxista.

A vertente de intenção de ruptura com o conservadorismo deixou para o coletivo profissional um legado marcado por lutas e resistências, do qual se obtém um saldo positivo para a maturação intelectual da profissão através do contato com a tradição marxista.

Nessa perspectiva, a maturidade intelectual crítica na produção do conhecimento no Serviço Social aprofunda temas sociais e incentiva novas análises em torno das múltiplas expressões da “questão social” e do cotidiano da profissão, com adensamento teórico de qualidade e com capacidade de produzir conhecimentos sobre e para si, e dialogar com as demais áreas do conhecimento.

Ainda se tornando parte desse legado, a direção social assumida coletivamente pela profissão, alinha-se aos interesses da classe trabalhadora, que posteriormente culmina na construção do Projeto Ético-político Profissional mediante as provocações e reflexões críticas elaboradas no interior da categoria à luz da teoria social crítica de Marx e o método que a ancora, e culminando revisões necessárias em torno das diretrizes curriculares dos cursos de graduação no Brasil.

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria Beatriz Costa. 80 anos de Serviço Social no Brasil: organização política e direção social da profissão no processo de ruptura com o conservadorismo. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 127, p. 456-475, set/dez. 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/sdGtjJNHNJQrfKn5zZKf4Sd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

BATISTONI, Maria Rosângela. O Movimento de Reconceituação no Brasil: o Projeto Profissional da Escola de Serviço Social da Universidade Católica de Minas Gerais (1964-



1980). **Em Pauta**, Rio de Janeiro, n. 40, v. 15, p. 136-50, 2017. Disponível em: <https://www.e-publicacoes.uerj.br/index.php/revistaempauta/article/view/32745>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

BATISTONI, Maria Rosângela. O projeto da Escola de Serviço Social de Belo Horizonte - 1960-1975: uma reconstrução histórica. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 136, p. 538-558, set/dez. 2019. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/PCVBqNLRKdpcgV5TTY6Ff7y/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

CANTALICE, Luciana Batista de Oliveira. **As Incidências Pós-modernas na Produção do Conhecimento em Serviço Social**. 2013, 254 f. Tese (Doutorado em Serviço Social) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2013. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/16912>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GALDINO, Shellen Batista. **A produção do conhecimento no Serviço Social: entre a hegemonia do marxismo e a pós-modernidade**. 2016. 112 f. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal da Paraíba – UFPB, João Pessoa, 2016. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/11716?locale=pt_BR. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. A dimensão investigativa no exercício profissional. In: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais**. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <http://www.cressrn.org.br/files/arquivos/C8pQHQOyl68c9Bc41x5Y.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade no trabalho do assistente social.**, 2007. Disponível em: <http://www.uel.br/ces/sersocial/pages/arquivos/GUERRA%20Yolanda.%20A%20instrumentalidade%20no%20trabalho%20do%20assistente%20social.pdf>. Acesso em: 07 de nov. de 2021.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do Serviço Social**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1999.

IAMAMOTO, Marilda Villela. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Villela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica**. São Paulo: Cortez, 1982.

KOSIK, Karel. **Dialética do Concreto**, Ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1969.

NETTO, José Paulo. **Ditadura e serviço social: uma análise do serviço social no Brasil pós-64**. 17. ed. São Paulo: Cortez, 2015.

NETTO, José Paulo. Razão, ontologia e práxis. **Serviço Social & Sociedade**. n. 44 Ano XV (abr.). São Paulo: Cortez, 1994. pp.26-42. ISSN 0101- 6628. (mimeo).



NETTO, José Paulo; BRAZ, Marcelo. **Economia Política:** uma introdução crítica. v. 1. Coleção Biblioteca Básica de Serviço Social. 8 ed. São Paulo: Cortez, 2013.

SIMIONATTO, Ivete. As expressões ideoculturais da crise capitalista da atualidade. *In*: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.abepss.org.br/arquivos/anexos/expressoes-ideoculturais-da-crise-capitalista-na-atualidade-e-sua-influencia-teorica-pratica-201608200510070371440.pdf>. Acesso em: 21 de set. de 2023.

YAZBEK, Maria Carmelita. Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do serviço social brasileiro na contemporaneidade. *In*: CFESS/ABEPSS (orgs.). **Serviço Social:** direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009. Disponível em: <https://www.cressrn.org.br/files/arquivos/ZxJ9du2bNS66joo4oU0y.pdf>. Acesso em: 15 de nov. de 2021.

ZACARIAS, Inez Rocha. **A mediação da teoria e do método em Marx na formação profissional em serviço social.** 2017, 205 f. Tese (Doutorado em Serviço Social)– Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/7213>. Acesso em: 13 de nov. de 2021.